



Orçamento Impositivo e Emendas Parlamentares

Ms. Nilton de Aquino Andrade

Membro do Grupo de Estudos do Setor Público do CRCMG

CF – inovação dos direitos da sociedade.

- ✓ Aspecto ambiental, criança e adolescente, idosos, inclusão social, educação e saúde;
- ✓ Ações para a sociedade controlar o seu próprio Estado;
- ✓ O 3º Setor é uma prova de sociedade organizada;
- ✓ Democracia representativa x participativa;
- ✓ Convergência aos padrões internacionais;
- ✓ Recursos vinculados ou restritos;
- ✓ 4 pilares trazidos pela LRF (planejamento, controle, transparência e responsabilidade).

Renovação da gestão pública

- Estado inteligente, mais forte nas suas funções estratégicas;
- Estado está dotado de maior flexibilidade, capaz de descentralizar funções, transferir responsabilidades, inclusive para o 3º setor;
- União envolvendo os municípios na implementação das macro políticas públicas.

Requisitos legais

Administração Pública

- Previsão em Lei
- Interesse público
- Orçamento – Lei 4320/64



Administração Privada

- Não proibição em Lei
- Interesse privado

Evolução do orçamento público

Decr.2416
orçamento
tradicional com
foco nos insumos

Decr.Lei 200
orçamento
programa

LRF 4 pilares
Audiências
públicas

1940

1967

2000

2

4

6

1

3

5

1964

1988

2015

**Lei 4320 foco
no resultado**

**CF – PPA, LDO,
LOA consolidação
dos princípios
orçamentários**

**Emendas
impositivas**

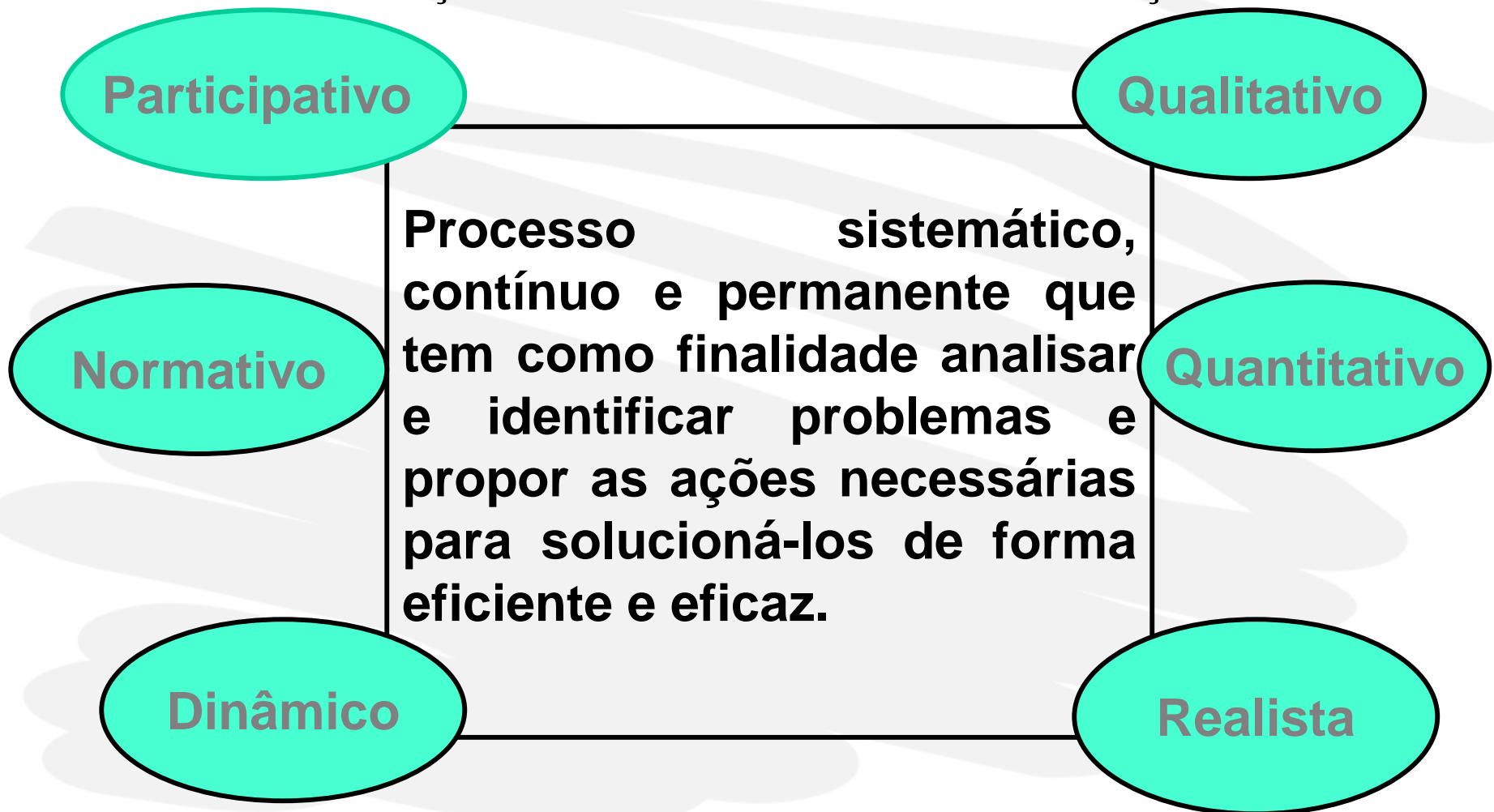
**PLP 295/2016 Projeto de LC
Altera a Lei 4320/64**

Processo de Planejamento

Classe 5 – Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento

Classe 6 – Controles da Execução do Planejamento e Orçamento

STN - MCASP – 8ª edição - PCO - Procedimentos Contábeis Orçamentários



PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

ANTES

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

Plano Diretor

- . Mobilização de Equipes
- . Diagnóstico e diretrizes gerais
- . Formulação das Propostas - Audiências Públicas
- . Elaboração do Projeto de Lei
- . Aprovação pelo Legislativo
- . Implementação do Plano Diretor
- . Revisão de Legislação Complementar

Plano Plurianual (PPA)

- . Estudo setorial de demandas (regionalização)
- . Elaboração
- . Aprovação do Legislativo

Lei de Diretrizes Orçamentárias

- . Definição de Metas Fiscais e Riscos Fiscais
- . Definição de Prioridades de Metas Fiscais
- . Aprovação do Legislativo

Lei Orçamentária (LOA)

- . Audiências Públicas
- . Elaboração
- . Aprovação do Legislativo

DURANTE

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Fluxo de Caixa

- . Metas Bimestrais de Arrecadação
- . Cronograma Mensal de Desembolso Financeiro
- . Distribuição de Cotas
- . Créditos Adicionais
- . Limitação de empenhos

DEPOIS

AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Prestação de Contas

- . Relatório de Gestão Fiscal
- . Audiências Públicas
- . Relatório Resumido de Execução Orçamentária
- . Balanços Anuais
- . Avaliação

Art. 165 - Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.

Orçamento fiscal
Seguridade social
Investimentos

Alteração do Inciso III pela EC 100/2019

Art. 165 - § 9º Cabe à lei complementar:

I - dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

II – (...)

III - dispor sobre critérios para a execução equitativa, além de procedimentos que serão adotados quando houver impedimentos legais e técnicos, cumprimento de restos a pagar e limitação das programações de caráter obrigatório, para a realização do disposto nos §§ 11 e 12 do art. 166. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 100, de 2019) ~~EC 86~~

§ 10. A administração tem o dever de executar as programações orçamentárias, adotando os meios e as medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade.”

(Incluído pela Emenda Constitucional nº 100, de 2019)

PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

ANTES

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

Plano Diretor

- . Mobilização de Equipes
- . Diagnóstico e diretrizes gerais
- . Formulação das Propostas - Audiências Públicas
- . Elaboração do Projeto de Lei
- . Aprovação pelo Legislativo
- . Implementação do Plano Diretor
- . Revisão de Legislação Complementar

Plano Plurianual (PPA)

- . Estudo setorial de demandas (regionalização)
- . Elaboração
- . Aprovação do Legislativo

Lei de Diretrizes Orçamentárias

- . Definição de Metas Fiscais e Riscos Fiscais
- . Definição de Prioridades de Metas Fiscais
- . Aprovação do Legislativo

Lei Orçamentária (LOA)

- . Audiências Públicas
- . Elaboração
- . Aprovação do Legislativo

DURANTE

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Fluxo de Caixa

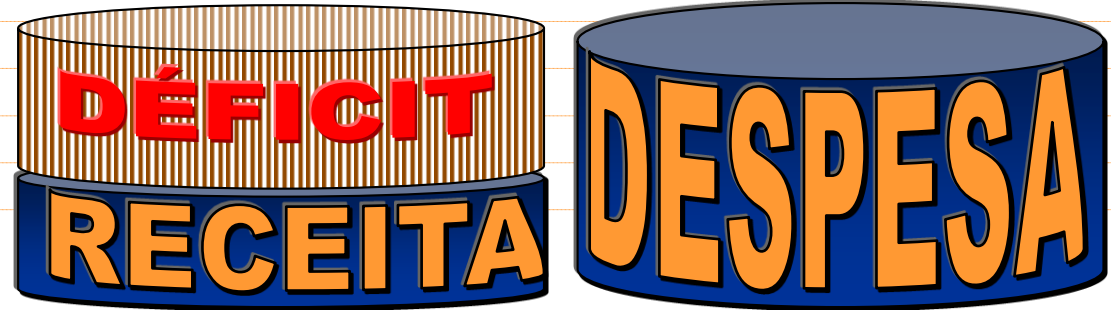
- . Metas Bimestrais de Arrecadação
- . Cronograma Mensaal de Desembolso Financeiro
- . Distribuição de Cotas
- . Créditos Adicionais
- . Limitação de empenhos

DEPOIS

AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Prestação de Contas

- . Relatório de Gestão Fiscal
- . Audiências Públicas
- . Relatório Resumido de Execução Orçamentária
- . Balanços Anuais
- . Avaliação



LRF - Art. 1º: Equilíbrio das contas públicas

- 1) Ação planejada e transparente
- 2) Prevenir riscos e corrigir desvios
- 3) Metas de resultados entre receitas e despesas

Compatibilização entre os Instrumentos de Planejamento – LRF - art. 5º

Plano Plurianual (PPA)

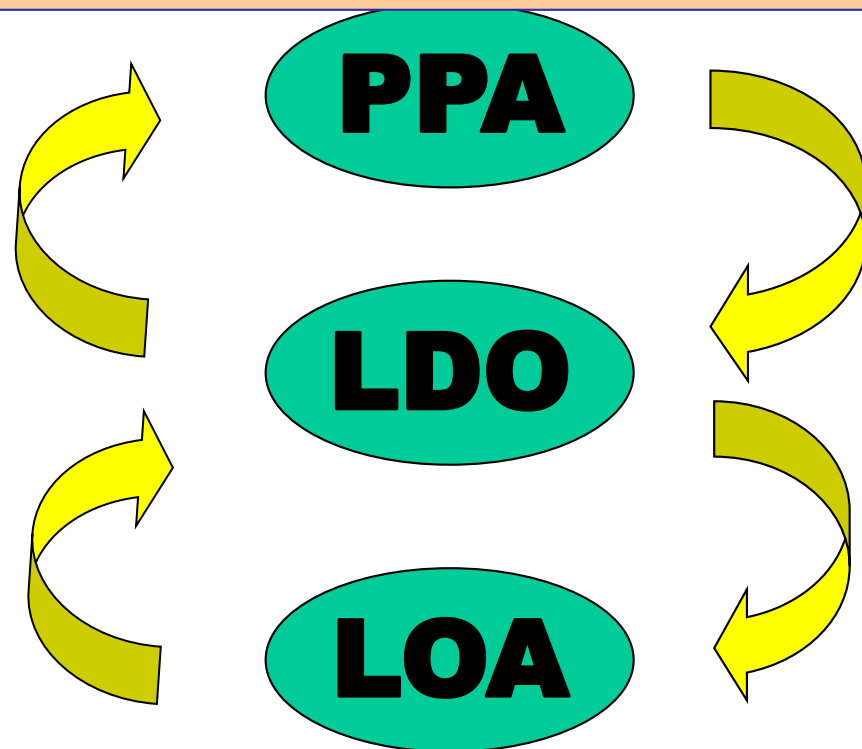
- . Estudo setorial de demandas (regionalização)
- . Elaboração
- . Aprovação do Legislativo

Lei de Diretrizes Orçamentárias

- . Definição de Metas Fiscais e Riscos Fiscais
- . Definição de Prioridades de Metas Fiscais
- . Aprovação do Legislativo

Lei Orçamentária (LOA)

- . Audiências Públicas
- . Elaboração
- . Aprovação do Legislativo



Tipos de orçamento

Autorizativo

Não precisa
ser executado
integralmente



Impositivo

Deve ser
executado
integralmente



Ambos aprovados pelo Poder Legislativo

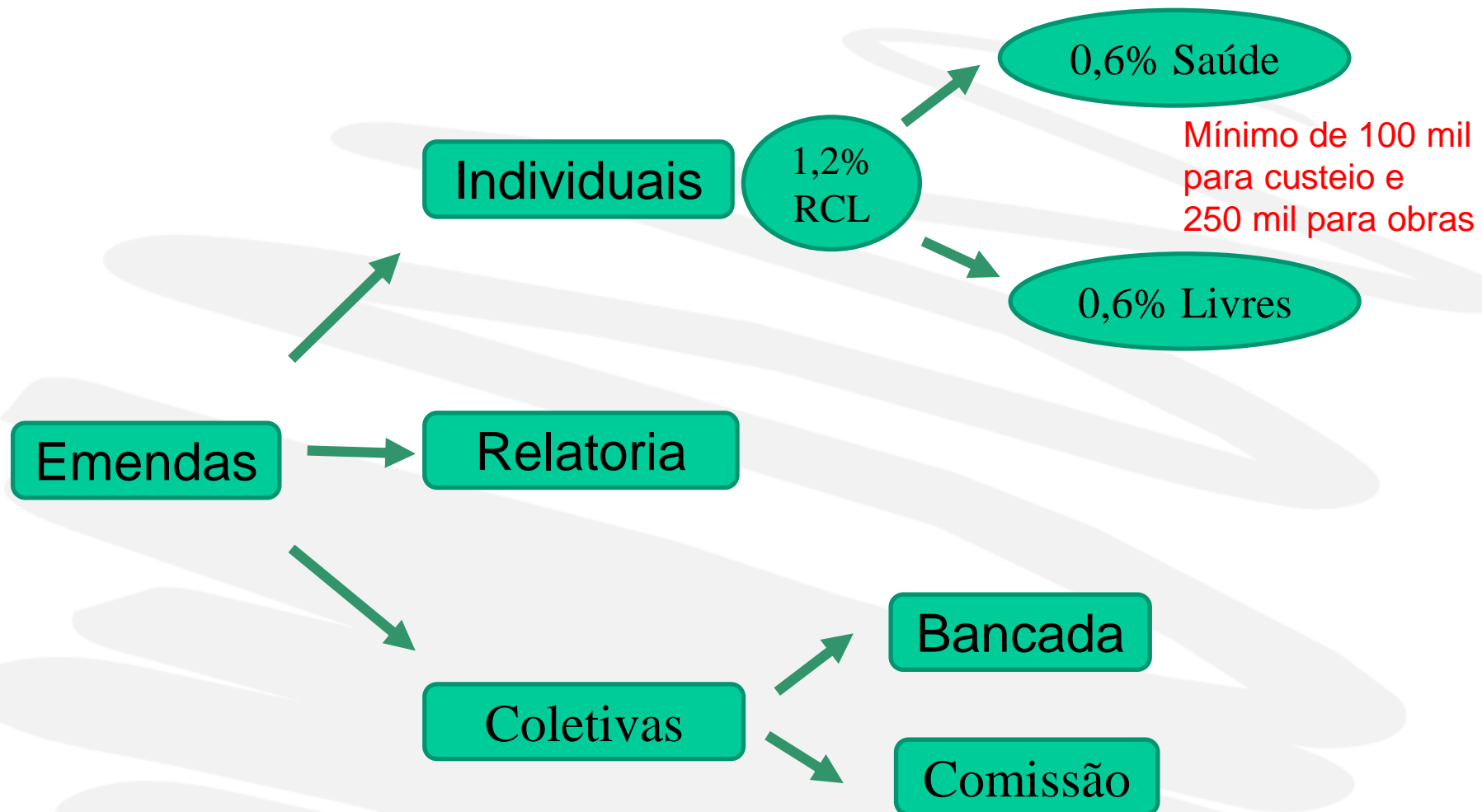
Até 2015 – Focávamos no art. 166, caput e §§ 1º a 8º.

Emendas Parlamentares – EC 86/2015 e 100/2019

Art. 166 – adição dos §§ 9º ao 20 – orçamento impositivo das Emendas Parlamentares. **Altera tb os arts. 165 e 198 da CF.**

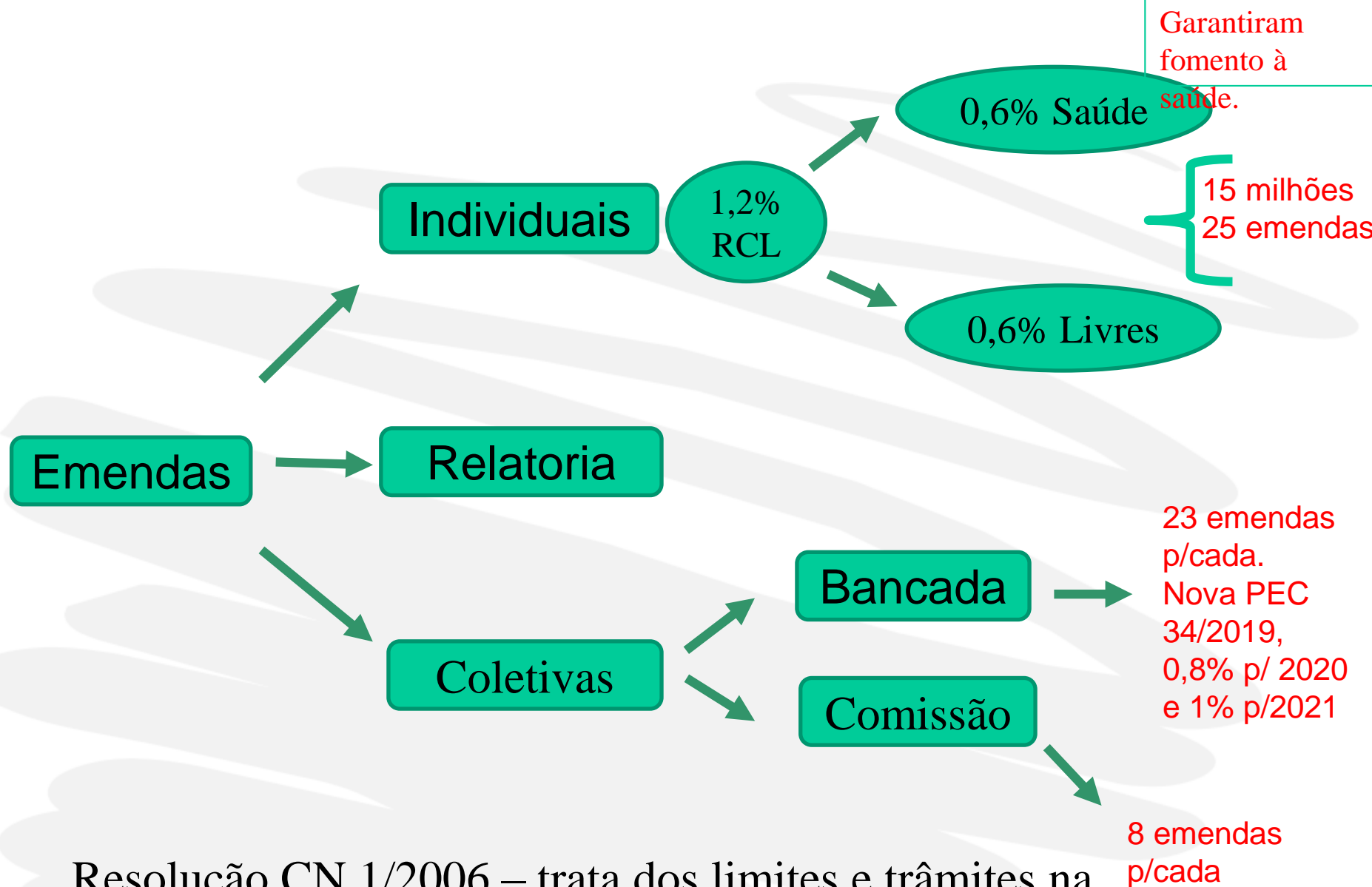
- ✓ É o instrumento que o Congresso Nacional definiu para participar da elaboração do orçamento anual;
- ✓ Instrumentos para Entes estaduais e municipais; e ainda entidades do Terceiro Setor captarem recursos – são absolutamente estratégicos;
- ✓ São repassadas diretamente às entidades, exceto quando fundo a fundo;

Como funcionam as Emendas Pamentares



§ 9º. - As emendas individuais ao **PLOA** serão **aprovadas** no limite de 1,2% (...) da RCL **prevista** no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

Como funcionam as Emendas Parlamentares



Definição de Receita Corrente Líquida

LRF - Art. 2º – IV - Receita corrente líquida:

“É o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

- a) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios (...);
- b) nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;
- c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira (...);
- (...)

§ 3º A RCL será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.”

- ✓ É um avanço no sentido de realizar mais obras para o país;
- ✓ É uma nova fonte de receita para os investimentos;
- ✓ O atendimento deve ocorrer de forma equitativa: sem cor partidária;
- ✓ Sua prática tirou parcialmente o poder discricionário do gestor do Executivo;
- ✓ Tem toda uma arquitetura jurídica a obedecer;

Emendas Parlamentares


- ✓ As demandas aumentam a cada ano;
- ✓ Não pode ser Emenda elaborada de última hora;
- ✓ Prestação de contas pelo SICONV (Decreto 6.170/2007, art. 13);
- ✓ Estados e municípios podem legislar sobre o mesmo assunto em suas Constituições ou Leis Orgânicas.
- ✓ A entrada de dados é feita pelo SIOP – (software do Congresso Nacional);


Emendas Parlamentares


Decreto nº 6170 x Constituição x Lcp101 x SIOP - Sistema Integrado de Plan x +

← → ↻ https://www.siop.planejamento.gov.br/siop/ ☆ R

Apps Facebook Fotos - Google Fotos WhatsApp Nova guia VPN Sistema de Acessos... Sistema 172.16.200.165/con... Home Guaraciaba-MG 10.0.0.101/conexoes/ >>

 **SIOP** Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

 **SIOPLEGIS**

 [Fique por Dentro](#) [Solicitação de Acesso](#)

SIOP

Para ter acesso ao sistema, informe:


CPF:

Senha:


[Esqueceu sua senha?](#)

Recomendamos o uso do navegador Firefox em sua versão mais atual.


ORÇAMENTO IMPOSITIVO




MANUAIS




PAINEL DO ORÇAMENTO




CADASTRO DE AÇÕES



DADOS ABERTOS



SIOP LEGIS



Windows taskbar: Digite aqui para pesquisar | [Taskbar icons: File Explorer, Edge, Chrome, Firefox, etc.] | 22:03 13/07/2019

https://www.l.siop.planejamento.gov.br/siopdoc/doku.php/acesso_publico:cadastro_acoes

Comprometimento de receitas da União

O (DES)ENGESSAMENTO DO ORÇAMENTO

Uma das principais bandeiras do ministro Paulo Guedes (Economia) é flexibilizar o Orçamento público.

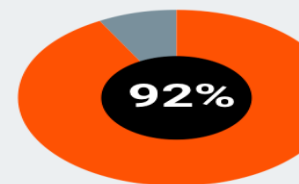
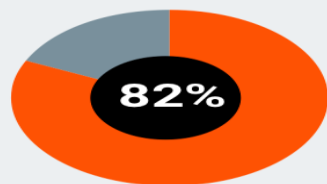
Resultado primário

% da despesa primária

comprometida com gastos obrigatórios



O espaço ocupado pelos gastos obrigatórios é cada vez maior



fonte: Siope

Base de cálculo: Previsão x Execução

§ 9º. - As emendas individuais ao **projeto de lei orçamentária** serão **aprovadas no limite de 1,2%** (...) da **RCL prevista** no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde. **EC 86/2015**

§ 11. É **obrigatória a execução orçamentária** e financeira das programações a que se refere o § 9º deste artigo, **em montante correspondente a 1,2%** (...) da **RCL realizada no exercício anterior**, conforme os critérios para a execução **equitativa** da programação definidos na lei complementar prevista no § 9º do art. 165. **EC 86/2015**

Parágrafos muito importantes.

Parágrafo 9º definiu
Emendas durante o PLOA.

Parágrafo 11, colocou
valores a serem aplicados:
Logo o PLOA 2021 vai virar
LOA de 2020.

EQUITATIVA: transferiu para a lei complementar, mas ela não foi editada ainda.

Dividir para os 594 parlamentares (513 deputados e 81 senadores).

§ 10. A execução do montante destinado a ações e serviços públicos de **saúde** previsto no § 9º, inclusive custeio, será computada para fins do cumprimento do inciso I do § 2º do art. 198, **vedada a destinação para pagamento de pessoal ou encargos sociais. EC 86/2015**

- 0,6% - pode ser custeio de saúde – excluído pessoal e encargos.
- Logo pode ser investimento.
- Está descentralizando a aplicação dos recursos da saúde.
- LC 141/2012 - Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde.

- § 12. A garantia de execução de que trata o § 11 deste artigo aplica-se também às programações incluídas por todas as emendas de iniciativa de bancada de parlamentares de Estado ou do Distrito Federal, no montante de até 1% (um por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior. **EC 100/2015**

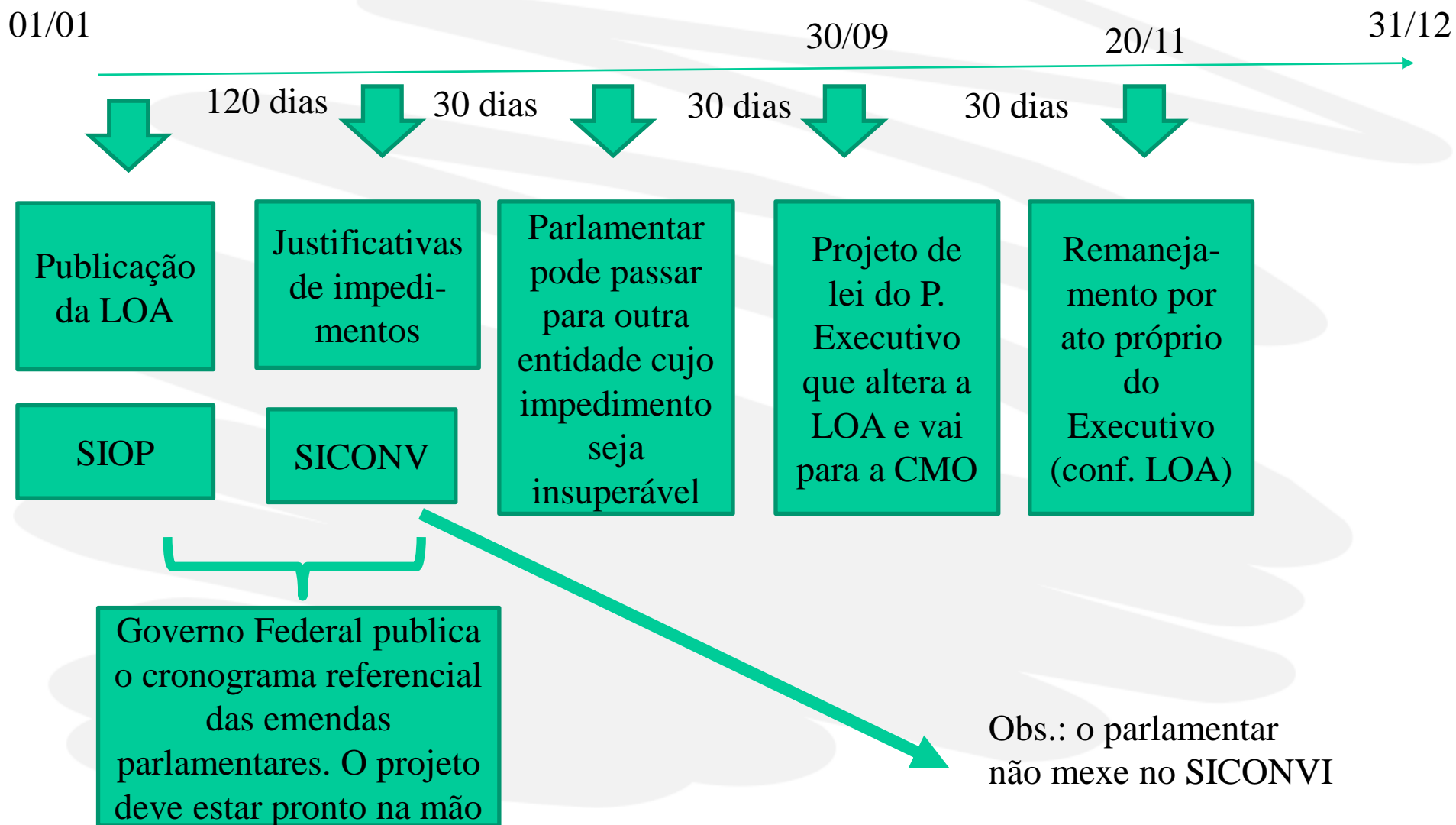
Impedimentos de ordem técnica

§ 13. As programações orçamentárias previstas nos §§ 11 e 12 deste artigo não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos de ordem técnica.
EC 100/2015

§ 14. Para fins de cumprimento do disposto nos §§ 11 e 12 deste artigo, os órgãos de execução deverão observar, nos termos da lei de diretrizes orçamentárias, cronograma para análise e verificação de eventuais impedimentos das programações e demais procedimentos necessários à viabilização da execução dos respectivos montantes. (EC 100/2015)

Agenda anual de acompanhamento das Emendas antes da EC 100

O § 15 apresentado pela Emenda Constitucional 86 foi REVOGADO pela Emenda 100/2019. Referia-se ao texto anterior do §14, CF art. 166, antes da Emenda Constitucional 100.



Portaria Interministerial nº 78, de 26/02/2019

Procedimento e prazo de operacionalização de Emendas.

Art. 6º - No tocante às **emendas individuais** executadas exclusivamente no âmbito do SICONV, a Secretaria de Gestão do Ministério da Economia - SEGES/ME divulgará e atualizará, no Portal de Convênios, **os cronogramas para atendimento** do disposto no art. 5º, inclusive quando houver abertura do SIOP aos autores para fins de inclusões ou atualizações dispostas no art. 4º.

§ 6º - O descumprimento pelo proponente dos prazos estabelecidos no cronograma de que trata o caput, bem como a intempestividade no registro das informações no módulo Orçamento Impositivo do SIOP, de que trata o caput do art. 4º, **implicarão impedimento de ordem técnica à execução da emenda individual** objeto da proposta e plano de trabalho

Adimplência e base de cálculo dos Estados e Municípios

- § 16. Quando a transferência obrigatória da União para a execução da programação prevista nos §§ 11 e 12 deste artigo for destinada a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios, independerá da adimplência do ente federativo destinatário e não integrará a base de cálculo da RCL para fins de aplicação dos limites de despesa de pessoal de que trata o **caput** do art. 169. (EC 100/2015)

Mostra que quer cumprimento do orçamento impositivo. (muito inteligente);
Muitos ficaram impedidos porque os municípios estavam inadimplentes no passado.
Agora estão liberados. Isso é um afrontamento à LRF;
Por isso é que existe uma dedução no cálculo da RCL, exatamente para não integrar.

Dedução das Emendas na RCL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Período: 3º Quadrimestre

Despesa com Pessoal	Despesas Executadas - Últimos 12 Meses												(a)	(b)
	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	SET/2018	OUT/2018	NOV/2018	DEZ/2018	TOTAL	RP Nao Proc
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.124.639,87	1.117.354,33	1.070.735,05	1.025.205,72	1.056.650,62	1.026.159,05	990.801,71	985.387,59	995.145,73	970.446,88	967.230,66	1.805.352,90	13.135.110,11	0,00
Pessoal Ativo	997.025,60	987.488,03	941.996,63	895.823,58	924.073,53	896.025,95	861.932,95	852.967,19	864.464,37	838.709,98	831.507,89	1.563.949,09	11.455.964,79	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	812.247,82	817.885,16	777.373,42	735.146,17	761.449,72	735.254,63	758.150,83	751.332,69	762.072,08	736.646,51	730.604,05	1.368.883,99	9.747.047,07	0,00
Obrigações Patronais	184.777,78	169.602,87	164.623,21	160.677,41	162.623,81	160.771,32	103.782,12	101.634,50	102.392,29	102.063,47	100.903,84	195.065,10	1.708.917,72	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativos e Pensionistas	127.614,27	129.866,30	128.738,42	129.382,14	132.577,09	130.133,10	128.868,76	132.420,40	130.681,36	131.736,90	135.722,77	241.403,81	1.679.145,32	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	84.715,00	85.043,36	85.043,36	85.043,36	87.299,64	88.633,40	88.633,40	91.592,98	92.546,98	92.546,98	94.385,41	181.939,04	1.157.422,91	0,00
Pensões	12.407,91	12.407,91	12.407,91	12.407,91	12.139,36	11.092,83	11.092,83	11.092,83	11.092,83	11.092,83	12.237,10	23.520,64	152.992,89	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	30.491,36	32.415,03	31.287,15	31.930,87	33.138,09	30.406,87	29.142,53	29.734,59	27.041,55	28.097,09	29.100,26	35.944,13	368.729,52	0,00
Outras Desp. Pessoal Dec. Contrato Terceirização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA NÃO COMPUTADA (II)	130.852,61	123.967,54	147.981,57	125.420,47	129.272,31	129.939,90	134.927,92	155.429,91	154.004,82	137.980,69	138.588,41	249.011,38	1.757.377,53	0,00
(-) Indeniz. p/ Demissão e Incent. Demissão Voluntária	17.733,43	8.786,63	33.738,24	10.919,82	10.921,76	0,00	6.059,16	23.009,51	23.323,46	6.243,79	2.865,64	7.607,57	151.209,01	0,00
(-) Decorrentes de Decisão Judicial - Sentenças	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	113.119,18	115.180,91	114.243,33	114.500,65	118.350,55	129.939,90	128.868,76	132.420,40	130.681,36	131.736,90	135.722,77	241.403,81	1.606.168,52	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	993.787,26	993.386,79	922.753,48	899.785,25	927.378,31	896.219,15	855.873,79	829.957,68	841.140,91	832.466,19	828.642,25	1.556.341,52	11.377.732,58	0,00

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	Valor	% sobre a RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	25.019.310,02	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V)	280.000,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - RCL (VI) = (IV - V)	24.739.310,02	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)	11.377.732,58	45,99
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II, e III, art. 20 da LRF)	13.359.227,41	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único, art. 22 da LRF)	12.691.266,04	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	12.023.304,67	48,60

CF. Art. 166. § 16 – (...) não integrará a base de cálculo da receita corrente líquida para fins de aplicação dos limites de despesa de pessoal de que trata o caput do art. 169.

Por isso que existe uma dedução no cálculo da RCL, exatamente para não integrar.

Restos a Pagar

- § 17. Os restos a pagar provenientes das programações orçamentárias previstas nos §§ 11 e 12 **poderão ser considerados** para fins de cumprimento da execução financeira até o limite de 0,6% (seis décimos por cento) da RCL realizada no exercício anterior, para as programações das emendas individuais,
- e até o limite de 0,5% (cinco décimos por cento), para as programações das emendas de iniciativa de bancada de parlamentares de Estado ou do Distrito Federal. **(EC 100/2015)**

EC 100/2019– equilíbrio e direitos iguais

- § 18. Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa **poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal** estabelecida na LDO, os montantes previstos nos §§ 11 e 12 deste artigo **poderão ser reduzidos** em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das demais despesas discricionárias. **(EC 100/2015)**

Art. 11 – define 1,2% RCL
Art. 12 define metade para a saúde

- § 19. Considera-se **equitativa** a execução das programações de caráter obrigatório que observe critérios objetivos e imparciais e que atenda de forma **igualitária e impessoal** às emendas apresentadas, independentemente da autoria.

§ 20. As programações de que trata o § 12 deste artigo, quando versarem sobre o início de investimentos com duração de mais de 1 (um) exercício financeiro ou cuja execução já tenha sido iniciada, deverão ser objeto de emenda pela mesma bancada estadual, a cada exercício, até a conclusão da obra ou do empreendimento.” (EC 100/2015)

EC 100/2019 – Emenda de Bancada

Altera os arts. 165 e 166 da Constituição Federal para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária proveniente de **emendas de bancada** de parlamentares de Estado ou do Distrito Federal.

(...)

Art. 2º O montante previsto no § 12 do art. 166 da Constituição Federal será de **0,8% (oito décimos por cento)** no exercício subsequente ao da promulgação desta Emenda Constitucional.

(...)

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir da execução orçamentária do exercício financeiro subsequente.

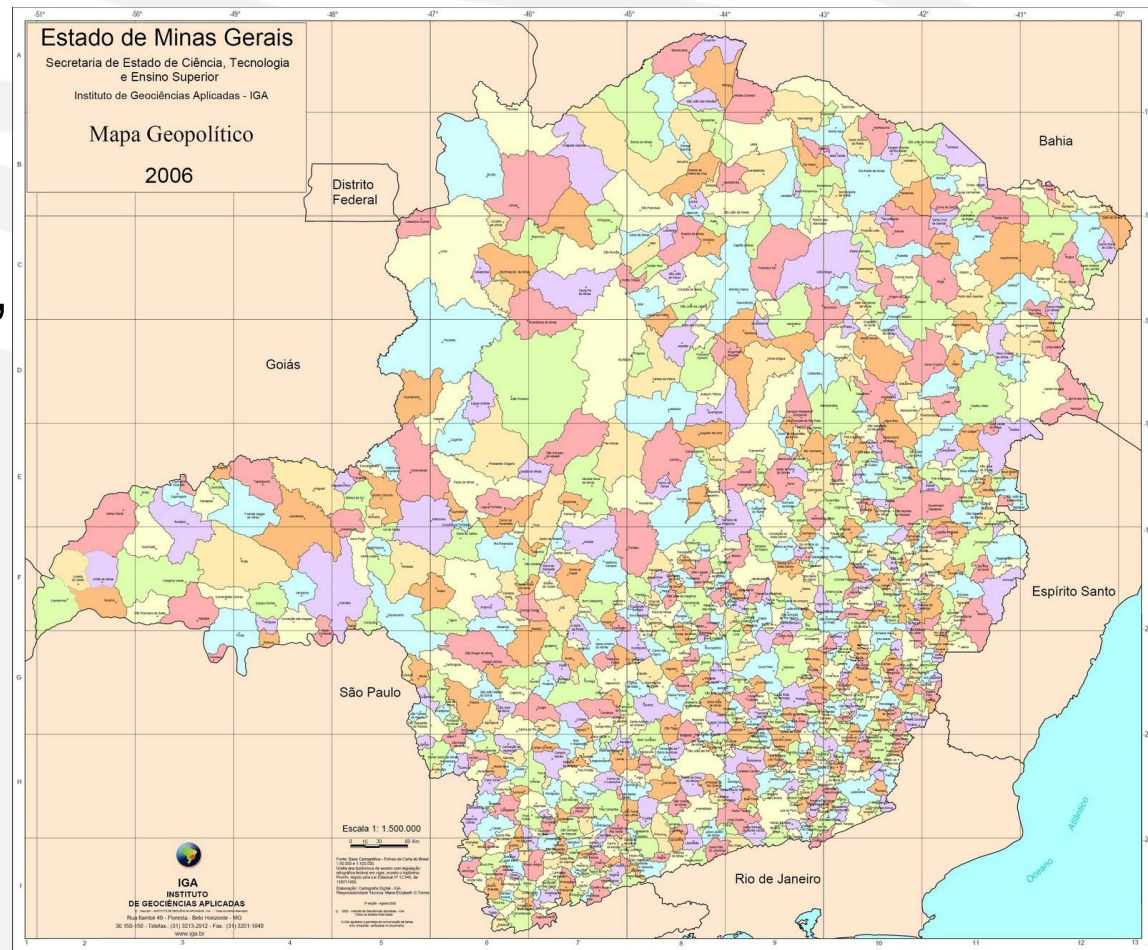
Brasília, em 26 de junho de 2019

Entes federados que usam Emendas Parlamentares

✓ **Estados:** Minas Gerais (1% RCL), Santa Catarina, Bahia, São Paulo, Paraíba, ...

✓ **Municípios mineiros**

- Montes Claros,
- Santa Rosa da Serra,
- Formiga,
- Lagoa Santa,
- Ribeirão das Neves,
- Ouro Fino,
- Unaí
- Ubá
- Pará de Minas
-



Orçamento impositivo nos Municípios - observações

- Não é muito simpática a ideia de implantação do orçamento impositivo para o Poder Executivo;
- Conflita juridicamente com o Estatuto das Cidades – Lei 10.257/2001 e com a LRF no quesito participação popular;
- A reserva de contingencia deve ter previsão no PLOA, para que os parlamentares possam utilizá-las nas emendas;
- Como exemplo, a União já coloca 2% reservado, sendo 1,2% da RCL para emendas impositivas individuais e 0,8% da RCL para as Emendas de Bancada.
- A programação na União começa em julho de cada ano;

Orçamento impositivo nos Municípios - observações

- Recursos das emendas não podem custear gastos com pessoal;
- Identificar a Emenda Parlamentar junto à dotação orçamentária. (No orçamento da União a dotação de Emenda tem mais quatro dígitos alfanuméricos);
- Pode ter emenda parlamentar conjunta de dois deputados, sendo um percentual para cada um;
- As prestações de contas das Emendas Parlamentares estão sujeitas à fiscalização do TCU e denúncias do MP.

Passo a passo para a implementação do orçamento impositivo

1. Inclusão do orçamento impositivo por meio de alteração à Lei Orgânica, definindo um percentual da RCL e definição de categoria de despesa que poderá ser inserida no mesmo, como por exemplo destinação de parte dos recursos para a SAÚDE, nos termos da CF art. 166, § 9º e 10º.
2. Definição de regras para a aplicação e execução do orçamento impositivo;
3. Discussão do orçamento nas comissões;
4. Aprovação no Poder Legislativo, juntamente com a aprovação da LOA, de prazo para encaminhar os projetos relacionados com as emendas parlamentares constantes da LOA que serão impositivas, antes (após) da abertura da execução orçamentária (exercício seguinte);

Orçamento impositivo nos Municípios - observações

5. Regulamentação por Parte do Poder Executivo dos procedimentos e prazos para apresentação, registro e operacionalização das emendas parlamentares individuais de execução obrigatória, visando atendimento à CF, art. 166, §§ 9º a 18.
6. Identificação complementar de ações a serem atendidos pelas Emendas Parlamentares, que também deverão estar previstas no PPA e na LDO, com o objetivo de atender às demandas das comunidades que representa. Estas emendas precisam ter numeração, autoria, etc;
7. Elaboração de planos de trabalhos dos interessados ou preenchimento de formulário preestabelecido pelo Poder Executivo, dos itens a serem realizados com recursos do orçamento impositivo. A celebração de qualquer convênio, contrato de repasse, termo de colaboração, termo de fomento ou termo de parceria com organizações da sociedade civil dependerá do atendimento dos requisitos exigidos pela legislação aplicável a cada tipo de instrumento;

Orçamento impositivo nos Municípios - observações

8. Divulgação por parte do Poder Executivo do cronograma de atendimento dos programas e ações a serem atendidos pelo orçamento impositivo;
9. Execução das ações com a finalidade garantir a efetiva entrega à sociedade dos bens e serviços decorrentes de emendas parlamentares individuais de execução obrigatória, independentemente de autoria. Em atenção ao Princípio da Anualidade Orçamentária, a data limite para celebração dos instrumentos é dia 31 de dezembro.
10. Prestação de contas ao Poder Executivo, com cópia para o Parlamentar sobre a realização dos itens do orçamento impositivo.

Interrogações sobre o orçamento impositivo

Com o PPA 2018-2021 já aprovado e LDO 2020 também já aprovada, seriam necessárias compatibilidades entre PPA-LDO-LOA?.

Nesse sentido, seria possível fazer emendas impositivas à LOA 2020?

Em suma, as perguntas giram em torno da compatibilidade dos instrumentos de planejamento. Esta compatibilidade já existe e toda emenda parlamentar com a característica impositiva deverá ser aprovada pelo Poder Legislativo, de preferência durante a tramitação do Projeto de Lei Orçamentária.

Logo, as emendas parlamentares impositivas delimitarão aquilo que já está aprovado no orçamento, porém destacará o que não poderá deixar de ser executado.

Crédito especial de emendas parlamentares

No texto que encaminha o projeto, o governador ressalta que tais remanejamentos foram indicados pelos próprios autores das emendas, devido à "existência de impedimentos de ordem técnica", que teriam sido devidamente justificados pelo Executivo.

PROJETO DE LEI Nº 877/2019 – Estado de Minas Gerais

Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar em decorrência do remanejamento de dotações orçamentárias de emendas parlamentares individuais constantes no Orçamento Anual vigente para o exercício de 2019.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, até o limite de R\$.....).

Art. 2º – Para atender ao disposto no art. 1º, serão remanejadas dotações orçamentárias de recursos de emendas parlamentares individuais previstas para o corrente exercício, em observância ao disposto nos incisos II e III do § 10 do art. 160 da Constituição do Estado.

Crédito especial de emendas parlamentares

PROJETO DE LEI Nº 877/2019 (continuação)

Parágrafo único – Os remanejamentos a que se refere o *caput* são os detalhados no Anexo desta lei, com os números das emendas, os nomes dos parlamentares, as ações orçamentárias e os grupos de despesa, bem como os valores anulados e suplementados.

Art. 3º – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Secretaria de Estado de Governo, até o limite de R\$...), para atender a outras Despesas Correntes, na ação 2055 – Apoio e Coordenação da Transferência de Recursos.

Art. 4º – Para atender ao disposto no art. 3º, serão utilizados recursos provenientes de emendas parlamentares individuais previstas para o corrente exercício referentes a:

I – remanejamento de dotação orçamentária do grupo de despesa Investimentos, da fonte de Recursos Ordinários, no valor de R\$...);

II – remanejamento de dotação orçamentária do grupo de despesa Outras Despesas Correntes, da fonte de Recursos Ordinários, no valor de R\$....).

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 3 de julho de 2019.

Duarte Bechir, presidente – Dalmo Ribeiro Silva, relator – Ulysses Gomes.

Crédito especial de emendas parlamentares

(Anexo – refere-se ao parágrafo único do art. 2º da Lei nº, de _____ de _____ de 2019) (após sanção da Lei)

EMEN-DA	RESPON-SÁVEL	UO	ÓRGÃO	AÇÃO	GRUPO DE DESPESA	ANULAÇÃO	SUPLE-MENTAÇÃO
197	Adalclever Lopes	4291	SES	4527 – Fortalecimento da atenção primária à saúde	4 – Investimentos	R\$ 0,00	
186	Adalclever Lopes	4291	SES	4623 - Desenvolvimento da política de atenção hospitalar	3 – Outras despesas correntes		R\$ 0,00

Demonstrativo do Orçamento Impositivo Municipal

Órgão	Unidade
-------	---------

Valor da Receita Corrente Líquida do Município _____ (prevista no PLOA) - RCL	R\$ _____,____
-------------------------------------------------------------------------------	----------------

Valor da Receita Corrente Líquida do Município _____ (realizada no exercício anterior) - RCL	R\$ _____,____
----------------------------------------------------------------------------------------------	----------------

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	FICHA	VALOR FIXADO	% RCL
04	Administração				
04 122	Administração Geral				
04 122 0402	Administração Pública Municipal				
04 122 0402 1.xxx	Construção xxxxx – Emenda Parl. Fulano				
449051	Obras e Instalações				
	Total				

Solicitação de emenda parlamentar no SIOP

Justificativa da emenda parlamentar:

Apresentar ao parlamentar o problema ou a oportunidade para a solicitação dos recursos de emenda parlamentar. Caracterizar a ação do governo federal e relacionar a demanda local. Tentar vincular atuação do parlamentar ao tema e esclarecer sobre a importância desta indicação para a região. Caracterizar mecanismos de divulgação da solicitação de apoio da emenda.

Da capacidade técnica e gerencial da entidade:

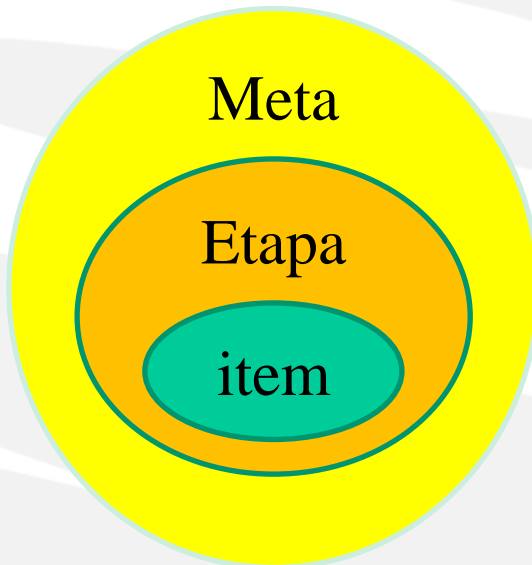
Relacionar informações de histórico da entidade, experiência na área da política em que se solicita recursos, histórico de projetos da entidade.

Do representante técnico designado:

Ter conhecimento de todos os procedimentos arrolados na proposta de parceria. Ter pleno conhecimento do objeto e seu respectivo plano de trabalho. Capacidade de interlocução, articulação e coesão institucional. Conhecimento pleno dos processos de gestão.

Solicitação de emenda parlamentar no SIOP

Plano de trabalho



Árvore de Problemas

- Metas
- indicadores para análise
- Parâmetros
- Diagnóstico
- Para identificar o Problema

Receitas de convênios e verbas de emendas parlamentares

- Posso prever estas receitas no orçamento?
- Existe a certeza de seu crédito no exercício seguinte?
- No caso de não prever, posso abrir crédito especial com base no excesso de arrecadação destas receitas?
- As proposta de trabalhos relacionada com as verbas de emendas parlamentares estão adequadas?
- Os recursos podem ser encaminhados diretamente às OSC?
- O orçamento impositivo conf. EC 86 vale para o Município?

Receitas de convênios e verbas de emendas parlamentares

Decreto 6.170/2007 - Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante:

✓ **Convênios (exige proposta e plano de trabalho)**

- reciprocidade de interesse
- regime de mútua colaboração

✓ **Contratos de repasse (exige só a proposta)**

- pode contratar uma instituição mandatária.
- Tem custo de 4% - CEF é a administradora

✓ **Termos de execução descentralizada**

Modalidade de aplicação: 90, 30, 40 e 50

Obs.: usar e-mail institucional para o convênio

Objetivo de execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco que envolvam a transferência de recursos ou a descentralização de créditos oriundos do OFSS

Marco Regulatório - MROSC

Decreto 8.726/2016 - Regulamenta a Lei 13.019/2014 - regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as OSC, formalizadas por:

- Termo de fomento ou termo de colaboração, ou
- Acordo de cooperação.



MROSC

Termo de
Colaboração



Depende do
plano de trabalho
concebido pela
União



Fomento



O plano de
trabalho é livre e
concebido pela
OSC

Acordo de
cooperação



Não envolve
transferência de
recursos
financeiros



Links sobre orçamento impositivo

<https://www.google.com/search?q=video+emendas+parlamentares&oeq=video+emenda&aqs=chrome.0.69i59j69i57j0l4.2515j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8>

<https://www.youtube.com/watch?v=51RfT0hTnPk>

<https://www.youtube.com/watch?v=b3j-Y89JuPE>

www.siop.gov.br

para análise das
ações orçamentárias
descentralizadas

www.sigabrasil.gov.br

para
acompanhamento da
elaboração e da
execução do
orçamento

www.camara.leg.br

para
acompanhamento
das emendas, na
área orçamento-
emendas

Obrigado!



MÉRITO
contabilidade

Tel: (31) 2512-0151 e 98466.4430

www.meritopublico.com.br

e-mail: nilton@meritopublico.com.br

NILTON DE AQUINO ANDRADE

Contabilidade Pública na Gestão Municipal

Métodos com base nas Normas Brasileiras de
Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP)
e nos padrões internacionais de contabilidade



6ª edição

gen atlas